

Brasília sem puxadinhos

Igor Soares Campos
PRESIDENTE DO IAB/DF

Aos 48 anos de vida, a cidade de Brasília padece de constantes ameaças por parte daqueles que não entenderam, ou pretendem não compreender o momento, a genialidade, a grandeza, a singularidade e o significado de sua criação. Brasília, capital da República Federativa do Brasil, Patrimônio Cultural da Humanidade, representa a materialização de um momento histórico das sociedades brasileira. Traduz a força e o potencial inventivo da natureza humana. Reflete as pretensões de um Brasil moralmente correto, ético, planejado e orientado para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

O título de Patrimônio Cultural da Humanidade, obtido em 1987 quando a cidade tinha apenas 27 anos, expressa o reconhecimento internacional ao talento, a capacidade e a grandeza do projeto de construção da nova capital. Exalta a cidade de Brasília como uma obra singular, moderna, uma cidade construída, no século XX, a partir do nada, para ser a capital de um país, constituindo-se assim em magnífico exemplo histórico. Aqueles que a vivenciam em sua plenitude e desfrutam da qualidade de vida singular que oferece, sabem apreciá-la e preocupam-se com as investidas que tentam me-

nosprezar a abrangência de seu significado. íntegra

Administrar esse valioso patrimônio, que transcende os limites regionais e nacionais, não é tarefa fácil. Requer cautela, sabedoria, paciência e, sobretudo, humildade. Não supõe novo projeto para a cidade, como afirma o Dr. Ernesto Silva. Exige, antes de tudo, muito respeito. Brasília dispensa a imposição de experiências importadas de outras realidades. Sua originalidade tem autoria consagrada mundialmente nas figuras de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Por isso a cidade é tombada. Desfigurá-la seria levianidade imperdoável. Os homens passam, os tempos mudam, os governantes exercem efeméridades, mas a obra tombada há de sobreviver aos impulsos da vaidade personalista e aos espasmos dos interesses econômicos sem escrúpulos.

A agressão mais recente ao Projeto de Brasília ocupa os legisladores locais. Agita a Câmara Distrital, palco de conflitos de interesses nem sempre identificados com a defesa dos direitos do cidadão. Ao contrário, na maioria das vezes, opostos às virtudes sociais e humanistas que a construção da capital da República incorporou à sua trajetória histórica, marcada pelo espírito inovador, pela ousadia e, sobretudo, pelo compromisso de seus idealizadores com a grandeza do País em que vivemos.

A Lei do Puxadinho contraria a Lei de Tombamento, a Lei Orgânica do DF e o Estatuto da Cidade

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 50/2007, conhecido popularmente por Lei dos Puxadinhos. A medida tem por objetivo legalizar a invasão de espaços públicos cometida pelos estabelecimentos comerciais que funcionam no Comércio Local da Asa Sul. Os motivos alegados para justificar a violência legislativa são descabidos, se não de todo improcedentes. Fere a lógica, desrespeitam a inteligência, atentam contra a coisa pública para beneficiar atividades privadas e implantar definitivamente a lógica do privilégio ao arreio dos princípios da moralidade, transparência e impensoalidade na administração pública.

Com efeito, pretendem os interessados que reverter a invasão praticada teria impacto econômico desfavorável para a cidade, eis que o número de empregos sofreria grande redução. Ora, a prevalecer a pobreza do sofisma, Brasília sofrerá devastação irrefreável. A geração de empregos não pode ser justificativa acima do bem e do mal para sustentar os atos

legislativos formulados para consolidar a voracidade lucrativa de alguns poucos empresários sem compromisso social. Fosse assim, seria desejável que a Câmara Distrital também liberasse o comércio de drogas ilícitas. Como se sabe, esta é uma das atividades que movimenta mais dinheiro no mundo e absorve número incalculável de empregos mantidos na clandestinidade. O mesmo argumento sustentaria a legalização da prostituição, fonte de transações de corpos e de dinheiro, responsável por incontáveis empregos e numerosas empresas que operam fora da lei. Se nossos ilustres deputados não o fazem, ou não podem fazê-lo, é por conta de princípios éticos e valores morais que alicerçam a sociedade humana, especialmente a civilizada.

A Lei do Puxadinho contraria, não apenas tais princípios e valores, mas, igualmente, a Lei de Tombamento, a Lei Orgânica do Distrito Federal, bem assim o Estatuto da cidade. Seus autores, bem como os responsáveis por sua eventual aprovação, conspurcam fundamentação jurídica incontestável para tornar legal a invasão do patrimônio público.

O Estatuto da Cidade preceitua, com clareza meridiana, que toda intervenção em área pública geradora de tráfego de veículos e pessoas requer análise de impacto ambiental e de vizinhança, com efetiva participação da comunidade atingida. No caso em

questão, nada disso foi feito. A desobediência à Lei é flagrante. O autoritarismo renasce à sombra de uma Casa Legislativa que acolhe pretensões ilegítimas e ilegais. A comunidade não foi ouvida, tampouco as entidades que historicamente lutam pela dignidade e pelos direitos das pessoas. Há, felizmente, exceções que merecem citação pelo seu caráter exemplar. Na sessão da Câmara Distrital que aprovou a violência legislativa em primeiro turno, só não ocorreu unanimidade graças à posição lúcida e corajosa do deputado Reguffe, único voto contrário à invasão do patrimônio público.

Se o caos urbano que se prenuncia por conta da repetição de tamanhas irresponsabilidades prosperar, ficará impossível negar o uso privativo das vagas de estacionamento público das quadras residenciais aos seus respectivos moradores. Não pode haver dois pesos e duas medidas. O tumulto e a desordem estariam definitivamente instalados. O direito seria o mesmo.

O Instituto de Arquitetos do Brasil, não pôde opinar sobre a Lei do Puxadinho. Não concorda com a vergonhosa medida. Denuncia à opinião pública de Brasília mais essa trama de interesses que ameaça a cidade e põe em risco a qualidade de vida de seus habitantes. De puxadinho em puxadinho ganha-se uma eleição, mas perde-se o lugar na história.